

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
EDITAL DE PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC
PROCESSO Nº 17.1.01276.61.0

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** torna público que fará realizar a licitação na modalidade de **PREGÃO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, e em conformidade com as Leis federais n.os 8.666/1993 e alterações posteriores e 10.520/2002, com os decretos estaduais n.ºs 47.297 de 06/11/2002, 57.159 de 21/07/2011 e a Resolução CEGP-10, de 19/11/2002.

UNIDADE:
Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais

ENDEREÇO:
SEÇÃO DE COMPRAS - RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - Bloco P - sala 4 - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU - SP - CEP: 17012-900 - Fone: (14) 3235-8401

SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO:

Os envelopes contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS (A)** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B)** definidos neste Edital, e a **DECLARAÇÃO** de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverão ser entregues no local, data e horário seguintes:

LOCAL E HORÁRIO ONDE SERÁ PROCESSADO O PREGÃO:

ENDEREÇO:
RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - Bloco P - sala LICITAÇÕES - SALA 6 - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU - SP - CEP: 17012-900

DATA: 30/10/2017 às 09 horas e 00 minutos

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente **PREGÃO** tem por objeto a **prestação de serviços de PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL - EVENTUAL** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2. DA VISTORIA

2.1. A vistoria é **obrigatória** para que os concorrentes possam obter os detalhes necessários para a(o) perfeita(o) **execução dos serviços**.

2.1.1. Portanto, todas as licitantes deverão comparecer no endereço abaixo, no dia **19/10/2017**, no horário das **09:00** às **12:00** hrs. para realização da vistoria.

UNIDADE:
Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais

ENDEREÇO:
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO - RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU - SP - CEP: 17012-900 - Fone: (14) 32358170

2.2. A administração fornecerá ao licitante, uma cópia do Atestado de Vistoria, devidamente preenchido, para que este seja apresentado juntamente com o envelope "A" - **Proposta de Preços**, conforme **ANEXO - DOCUMENTOS DA PROPOSTA**.

2.3. **Exclusivamente para os licitantes que tomarem ciência do presente edital após a data convencionada para vistoria, a mesma poderá ser agendada junto a (ao) SEÇÃO DE COMPRAS no horário das 08:00 às 17:00 horas.**

2.3.1. Fica facultado ao pregoeiro diligenciar junto aos autos do presente certame, para fins de verificação de documentos que comprovem o pleno atendimento ao subitem 2.1. uma vez que uma via do(s) atestado(s) de vistoria será anexada ao processo.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO** todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. Não poderão participar empresas estrangeiras que não funcionem no País; os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas cujos dirigentes façam parte do quadro de servidores da Universidade de São Paulo; nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária ou impedimento do direito de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 48.999, de 29 de setembro de 2004; as cooperativas que se encontrem sob a vedação do Decreto Estadual nº 55.938/2010.

3.3. A proponente que não se interessar por todos os **itens** poderá apresentar Documentos de Habilitação e Proposta apenas para os que pretenda disputar. Não se admitirá oferta que não contemple a integralidade do **item** disputado.

4. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes "**PROPOSTA DE PREÇOS**" e "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" serão recebidos pelo Pregoeiro no Ato Público correspondente, marcado para **30/10/2017** às **09** horas e **00** minutos, e deverão ser apresentados fechados de forma indevassável, contendo os seguintes dizeres, respectivamente:

<p>HRAC PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE ENVELOPE 'A' PROPOSTA DE PREÇOS</p>	<p>HRAC PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE ENVELOPE 'B' DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</p>
--	---

4.1.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo "**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**" do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes "A" e "B".

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O representante do proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, na sessão pública correspondente marcada para **30/10/2017 às 09 horas e 00 minutos**, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, respondendo por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos documentos de credenciamento, identificar-se exibindo, no original, Cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia.

5.1.1. O credenciamento será efetuado por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, prevendo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente, acompanhado de documento, via original ou cópia devidamente autenticada, comprobatório da capacidade do(s) outorgante(s) para constituir mandatário. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, a capacidade poderá ser comprovada pela apresentação do respectivo Estatuto ou Contrato Social, ou outro instrumento equivalente devidamente registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades simples, do ato constitutivo acompanhado, quando couber, da ata de eleição da diretoria registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

5.1.1.1. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem **8.4** do item **8** deste Edital, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá estar expressa no documento apresentado em cumprimento às disposições do subitem 5.1.1 acima.

5.1.1.2. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverão apresentar fora dos envelopes "**PROPOSTA DE PREÇOS**" e "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**" comprovação da sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio de declaração de

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

enquadramento no artigo 3º da LC nº 123/2006, conforme modelo disponibilizado no **ANEXO - "DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006"**

5.1.1.3. A não entrega da declaração exigida no item 5.1.1.2 deste Edital indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006.

5.1.2. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

5.1.3. A ausência do representante credenciado, em qualquer momento da Sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5.1.4. No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A sessão para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os documentos de habilitação, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei federal n.º 10.520/2002 e legislações pertinentes e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

6.2. No início da sessão será realizado o credenciamento, e, ao final deste, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo a proposta de preços e comunicará o resultado da análise das propostas.

6.3. A partir do momento em que o Pregoeiro proceder à abertura do 1º envelope, não mais serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços (A) e os documentos de habilitação (B), nem serão aceitos novos credenciamentos.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentadas em envelope fechado e indevassável, em uma via redigida em conformidade com o modelo constante do **ANEXO - "CARTA PROPOSTA COMERCIAL"**, preferencialmente em papel timbrado do proponente, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas ou rasuras, datada e assinada no local apropriado e rubricada nas demais folhas pelo representante legal da proponente.

7.2. Além dos requisitos acima, para cada **item** licitado, a proposta deverá indicar:

- a. identificação da proponente, indicando a razão social, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato;
- b. Descrição do objeto ofertado;
- c. cotação de preços unitários e totais, em moeda nacional, expressos com duas casas decimais, desprezando-se as frações remanescentes, em algarismos, básicos para a data fixada para apresentação dos envelopes, **fixos e irremovíveis**. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os unitários;
- d. prazo de **início da prestação dos serviços** não superior a **30 (trinta) dias corridos**;
- e. prazo de validade da proposta, não inferior à **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data fixada para a apresentação dos envelopes;
- f. condições de pagamento, em conformidade com a Seção **16** deste Edital;
- g. o(s) **serviço(s) terá(ão) garantia pelo prazo de 6 (seis) mes(es)** contados do recebimento definitivo.

7.3. A proposta deverá ser elaborada considerando as condições de **prestação dos serviços** estabelecidas neste Edital e seus anexos, e os preços propostos deverão considerar todos os tributos, encargos e demais despesas diretas ou indiretas que interfiram no preço proposto, inclusive frete, seguro, vedada a inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária, de sorte que o preço proposto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

corresponda ao valor final a ser despendido pela Contratante.

7.3.1 Qualquer tributo, custo ou despesa direta ou indireta, omitido ou incorretamente cotado na proposta, será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento.

7.4. Deverá integrar a proposta, a documentação constante do ANEXO - "DOCUMENTOS DA PROPOSTA".

7.5. A apresentação da proposta pela licitante implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação.

7.6. A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, não sendo considerada oferta de vantagem não prevista no Edital ou baseada nas propostas das demais licitantes.

7.7. Cada licitante só poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se, os licitantes eliminados, às sanções cabíveis.

7.8. Será facultado à licitante cotar todos ou quaisquer **item(s)** definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Para cada **item** licitado serão selecionadas pelo Pregoeiro a proposta de menor preço **por item** e as demais com preço até 10% (dez por cento) superior àquela. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas nesta condição, serão selecionadas as 3 (três) melhores propostas, independentemente do preço, bem como as propostas empatadas.

8.1.1. Havendo um só licitante, uma única proposta válida ou se nenhum dos licitantes ofertarem lance verbal, caberá ao Pregoeiro, analisando as limitações do mercado e outros aspectos pertinentes, decidir entre considerar fracassado o certame e abrir nova licitação, suspender este Pregão ou prosseguir com o certame.

8.2. Em seguida, às licitantes selecionadas nos termos do item 8.1. será dada oportunidade para nova disputa, sendo que o pregoeiro as convidará individualmente para, na ordem decrescente dos preços ofertados, formularem sucessivos lances verbais, de valores distintos e decrescentes.

8.2.1. Se os preços ofertados por duas ou mais licitantes forem idênticos, a ordem para oferta de lances será decidida por sorteio, facultando-se à licitante vencedora do sorteio escolher sua posição em relação às demais proponentes empatadas.

8.2.2. Só serão aceitos lances menores que o menor preço já ofertado, observados **os valores mínimos de redução constantes do ANEXO - "REDUÇÃO DOS LANCES"**.

8.2.3. A licitante que não apresentar lance verbal quando convidada pelo Pregoeiro fica excluída das rodadas posteriores de oferta de lance, valendo o último lance registrado, para efeito de classificação de sua proposta ao final da etapa competitiva.

8.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente que descumprir sua proposta às penalidades constantes no item **12** deste Edital.

8.4. Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

8.4.1. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

8.4.1.1. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 8.4.1.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.4.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 8.4.1.

8.4.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8.4, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se desde logo à negociação do preço.

8.5. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 8.4.1 e 8.4.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8.4, com vistas à redução de preço. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

8.5.1. O critério de aceitabilidade dos preços propostos pelas licitantes será o de compatibilidade com os preços praticados pelo mercado, coerentes com o fornecimento do objeto ora licitado.

8.6. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.

8.6.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na Sessão Pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.6.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada.

8.6.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.6.4. Para efeito da LC nº 123/2006 e do artigo 7º da Lei Estadual nº 13.122/08, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação relativa à regularidade fiscal de que trata o subitem 9.1.2.

8.6.4.1. Por ocasião da assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, a licitante habilitada nas condições do subitem 8.6.4 deste item 8 deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

8.6.4.2. Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para fins de apresentação das certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.

8.7. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no edital, o pregoeiro poderá consultar o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CAUFESP.

8.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o **item** deste certame.

8.9. Se a proposta não for aceitável, se o proponente não atender às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato com o licitante vencedor, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida.

8.10. Nas situações previstas nos itens 8.5 e 8.9, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11. Desta reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s).

8.12. Conforme o caso a Licitante vencedora deverá, no prazo máximo de 24 horas, a contar da formalização e definição da proposta no pregão, formular e entregar, nos mesmos moldes descritos no

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

item 7.2 a cotação de preços, contendo expressamente os valores **unitários e totais ofertados para cada um dos itens que compõem o objeto licitado, sendo vedada a alteração de quaisquer características oferecidas dos serviços indicados na proposta, bem como a apresentação de preços unitários finais que superem os indicados na proposta escrita.**

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual e indevassável, devidamente fechado, conforme relação a seguir:

9.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. registro comercial para empresa individual;

9.1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

9.1.1.3. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada, quando couber, de prova do registro da ata da eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas);

9.1.1.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.1.5. registro da sociedade Cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, no caso de Cooperativas.

OBSERVAÇÃO: Os documentos relacionados nos subitens **9.1.1.1 a 9.1.1.5** não precisarão constar do Envelope "B", "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

9.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.2.2. prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991; Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa) em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens, e Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários) no caso de serviços, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor. Não constando do documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data marcada para o processamento do **Pregão**;

9.1.2.2.1. No caso de isenção ou de não incidência dos impostos devidos à Fazenda Estadual ou Municipal, deverá, a licitante apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, atestando tal fato, sob as penas da lei.

9.1.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para o processamento do Pregão;

9.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

9.1.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.1.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física. Não constando do documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 06 (seis) meses

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

imediatamente anteriores à data marcada para o processamento do Pregão;

9.1.3.2. Para fins da comprovação acima, entende-se por sede o principal estabelecimento da empresa (a matriz).

9.1.4. Relativos à Qualificação Técnica:

9.1.4.1. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedido por entidade pública ou privada, usuária do **serviço** em questão, comprovando **a prestação dos serviços**. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo pregoeiro.

9.1.4.2. Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições legais, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A não apresentação dessa declaração será entendida pelo Pregoeiro como concordância com o teor do Edital;

9.1.5. Relativos ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

9.1.5.1. Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do modelo constante do **ANEXO - "DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO"**.

9.1.6. Relativos ao cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 117 da Constituição do Estado de São Paulo:

9.1.6.1. Declaração de atendimento às normas relativas à saúde e segurança no trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo, nos termos do modelo constante do **ANEXO-"DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO"**.

9.2. Disposições Gerais da Habilitação

9.2.1. Os documentos constantes do envelope de habilitação, bem como os que acompanharem a proposta, poderão ser apresentados no original, ou em cópia autenticada por cartório competente, sendo aceitas também publicações de órgão da imprensa oficial. Ainda, poderá a proponente apresentar cópia simples desses documentos, dentro do envelope, desde que seus originais sejam apresentados ao Pregoeiro no ato de abertura de cada etapa, para a devida autenticação, hipótese em que os originais serão devolvidos aos interessados.

9.2.1.1. Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade deverá/poderá ser verificada via consulta no site correspondente, serão aceitas cópias simples.

9.2.2. A apresentação do **Registro Cadastral (RC)** ou do **Registro Cadastral Simplificado (RCS)** emitido pelo **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP)**, nos termos da Lei federal 8.666/1993, pertinente ao objeto licitado, substitui os documentos correspondentes a seguir enumerados, obrigada a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo de habilitação. A não apresentação de declaração será entendida pelo Pregoeiro como manifestação de inexistência de fato que possa inabilitá-la, ocorrido após a obtenção dos documentos apresentados para fins de habilitação.

9.2.2.1. O **RC** do **CAUFESP**, em plena validade na data marcada para o processamento do Pregão, substitui os documentos enumerados nos itens **9.1.1** (exceto **9.1.1.5**), **9.1.2**, **9.1.3**, **9.1.5** e **9.1.6**. Obrigatoriamente, deverá ser apresentado o restante da documentação prevista no item **9.1.4**.

9.2.2.2. O **RCS** do **CAUFESP** substitui os documentos enumerados nos itens **9.1.1** (exceto **9.1.1.5**) e **9.1.2**. Obrigatoriamente, deverá ser apresentado o restante da documentação prevista nos itens **9.1.3**, **9.1.4**, **9.1.5** e **9.1.6**.

9.2.2.3. A apresentação do **RC** ou do **RCS** somente substitui os documentos apresentados para a inscrição no CAUFESP, nos termos do artigo 4º do Decreto Estadual nº 52.205/2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

9.2.2.4. A licitante detentora do **RC** ou do **RCS** do **CAUFESP** cuja validade não se encontrar vigente em sua totalidade, ou seja, que apresente algumas certidões vencidas, poderá utilizá-lo nesta Licitação, porém esse somente substituirá os documentos nele vigentes e correspondentes ao tipo de Registro Cadastral apresentado (**RC** ou **RCS**). Neste caso, as certidões indicadas como vencidas deverão ser apresentadas devidamente atualizadas e vigentes, em qualquer processo de cópia autenticada, nos termos previstos no item **9.2.1** acima.

9.2.2.5. Caso o **RC** ou o **RCS** apresentado em atendimento ao item **9.2.2** não indique expressamente a classificação dos itens para os quais a licitante encontra-se capacitada a executar o fornecimento/serviço, o mesmo deverá ser complementado com Declaração ou Certificado de Qualidade Técnica de Fornecedor, emitida pela Unidade Cadastradora que expediu o **RC** ou o **RCS**.

9.2.2.6. Os interessados no **RC** ou no **RCS** expedidos pelo **CAUFESP** poderão obter informações diretamente nos endereços eletrônicos www.usp.br/gefim ou www.bec.sp.gov.br.

9.2.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.2.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto nos itens **20.9** e **20.10** deste Edital, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

9.2.5. Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal, de 05.10.1988 e no art. 2º da Lei 9.012, de 30.03.1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da administração, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991 e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da emissão da Nota de Empenho, caso as Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.

9.2.5.1. Fica facultado à Administração, no ato da contratação, consultar o site da Receita Federal, www.receita.fazenda.gov.br e da Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br, para fins de obtenção das certidões correspondentes atualizadas. Após verificação, o servidor da USP deverá certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados, mediante declaração neste sentido, devidamente assinada.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até dois dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

10.1.1. Não será admitida a impugnação do edital, por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

10.2. A impugnação será dirigida à autoridade superior que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

11. DOS RECURSOS

11.1. Os recursos só poderão ser interpostos no final da sessão pública, com registro em ata da síntese de seus fundamentos, podendo os interessados apresentar razões escritas no prazo de 3 (três) dias corridos, devendo entregá-las no **PROTOCOLO - APRESENTAÇÃO DAS IMPUGNAÇÕES E DAS RAZÕES DE RECURSO** da(o) **Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais** no horário e endereço abaixo especificado:

RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - Bloco P - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU - SP - CEP: 17012-900 - Fone: (14) 3235-8150
Horário: das 08:00 às 17:00 horas.
Segunda a sexta-feira.

11.1.1. Não será admitida a apresentação de razões de recursos, por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

11.2. Verificada a situação prevista no item anterior, ficam as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na(o) **SEÇÃO DE COMPRAS** cujo endereço consta do preâmbulo deste Edital.

11.6. Decididos os recursos interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e adjudicará o objeto à licitante vencedora.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A licitante que não mantiver a proposta, apresentá-la sem seriedade, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será punida com o impedimento de contratar com a Administração e com o descredenciamento no CAUFESP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação.

12.2. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas na Lei federal n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores e na Portaria GR 3.161, de 11/5/1999, que fica fazendo parte integrante deste Edital e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: www.usp.br/gefim - legislação.

12.2.1. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

12.2.2. Pelo atraso injustificado a **CONTRATADA** incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, quando destacados no documento fiscal.

12.2.3. Os atrasos injustificados superiores a 60 (sessenta) dias corridos serão obrigatoriamente considerados inexecução.

12.2.4. Poderão ser aplicadas, ainda, as penas de suspensão temporária de participação em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração e, ainda, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, dando-se às mesmas os efeitos previstos no Decreto Estadual n.º 48999/2004.

12.2.5. Independentemente das sanções retro a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

12.3. No caso de Sociedades Cooperativas, rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições que alude o Parágrafo 1º do Decreto n.º 57.159 de 21/07/2011.

12.4. A aplicação das penalidades previstas no item 12.1 não exclui a incidência das multas previstas na Portaria GR n.º 3161 de 11/05/1999, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa do licitante vencedor.

13. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue em perfeitas condições, sem custo adicional de frete, se for o caso, no(s) endereço(s) constante(s) do **ANEXO - RELAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA**.

13.2. O objeto da licitação será recebido provisoriamente mediante recibo ou termo circunstanciado.

13.3. O recebimento definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos **serviços prestados**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

13.4. Caso não corresponda à qualidade exigida no edital, o **serviço** será recusado e deverá ser substituído imediatamente. Em caso de não substituição, estará caracterizado o descumprimento da obrigação assumida, cabendo à licitante vencedora as penalidades previstas no item **12** deste Edital.

13.4.1. Para utilização da garantia a Universidade de São Paulo, observará o disposto na Lei federal n.º 8.078 de 11/09/90 - "Código de Defesa do Consumidor".

14. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

14.1. O prazo de início da prestação de serviços é de até **30 (trinta) dias corridos e ocorrerá de acordo com o constante do ANEXO I deste Edital, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de recebimento da nota de empenho ou da assinatura do contrato, conforme o caso.**

14.2. Se o prazo de **início da prestação de serviços** coincidir com o dia em que a USP não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, **ou em data pré definida a critério da administração.**

15. DA VIGÊNCIA

15.1. O contrato resultante desta licitação terá vigência de **2 (dois) mês(es)**, contados da data de sua assinatura, ou até a data final estipulada na Minuta de Contrato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado à Contratada, no prazo não inferior a **28 (vinte e oito) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório do **serviço no(a) Nome do Setor da Unidade de Despesa (Cadastrar Endereço para Entrega) do(a) Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais**, nos termos da Portaria GR 4.710 de 25/02/2010 e alterações posteriores. A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, exclusivamente em conta corrente do **Banco do Brasil S.A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

16.1.1. Nos casos de incidência de ICMS os documentos fiscais competentes acima referidos, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o artigo 55, do Anexo I, do regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto 45.490/00.

16.1.1.1. Nos casos do subitem 16.1.1., tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, Inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica, deverá ser, também, destacado nesse mesmo documento.

16.2. São condições para a liberação do pagamento:

16.2.1. O recebimento definitivo do **serviço**;

16.2.2. A entrega da documentação fiscal completa;

16.2.3. A não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e § 1º da Lei Estadual n.º 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e § 1º do Decreto Estadual n.º 53.455/2008.

16.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

16.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

16.5. Caso o término da contagem aconteça em dia sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

16.6. Caso sejam constatadas irregularidades na execução deste ajuste, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades fixadas na Seção 12. deste Edital.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

17. DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. Os valores constantes da proposta e expressos em reais não sofrerão reajustes.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº. 10.320, de 16 de dezembro de 1968, de acordo com a dotação orçamentária: Classificação Funcional Programática **12.122.100.5272** - Classificação da despesa Orçamentária **3.3.90.37.00**.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui Anexo deste Edital ou por intermédio da retirada do Instrumento equivalente.

19.1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato ou da retirada do instrumento equivalente, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 19.1.1 deste item 19, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

19.2. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes dos subitens **8.6.4.1** e **8.6.4.2**, do item **8** ou, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 19.1.1 deste item 19, ou se recusar a assinar o contrato/retirar o instrumento equivalente, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

19.2.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

19.2.2 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e veiculação no endereço eletrônico www.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos".

19.2.3 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens **8.5** a **8.9**, do item **8**; e **11.1** do item **11** deste Edital.

19.3. A USP consultará, nos termos do artigo 6º, Incisos I e II da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, incisos I e II e §1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008, o Cadin Estadual, como condição para celebração do contrato e para repasse do valor correspondente ao pagamento.

19.3.1 A existência de registro no Cadin Estadual constitui impedimento para a realização dos atos acima descritos.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O presente Edital, seus Anexos e a proposta da licitante vencedora integrarão o Contrato, independentemente de transcrição.

20.2. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar ou ter sido providenciado no ato da sessão pública.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

20.3. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

20.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a USP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.6. O proponente que vier a ser contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.7. Não havendo expediente na USP ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

20.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

20.11. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, bem como de cópias da legislação mencionada, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, na(o)

RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - Bloco P - sala 4 - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU - SP - CEP: 17012-900

ou por meio do Fax: **(14) 3235-8401**, até dois dias úteis antes da data marcada para a apresentação dos envelopes.

20.11.1 A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será divulgada no seguinte site:

www.hrac.usp.br

20.12 Para as demais condições de contratação, observar as disposições constantes do **ANEXO - "DESCRIÇÃO DO OBJETO"** deste Edital.

20.13 Prazo para retirada do contrato ou instrumento equivalente: 05 (cinco) dias úteis.

20.14 Após a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, os envelopes B - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" dos demais proponentes ficarão à disposição para retirada, que deverá ocorrer no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, a contar da data da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente.

20.15 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes das Leis federais n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002.

20.16 Caso seja vencedora do Certame, a Cooperativa de Trabalho deverá indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante a Contratante.

20.17 Para dirimir as questões oriundas do presente Edital não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de São Paulo, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, por mais privilegiado que outro seja.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

20.18 Integram o instrumento convocatório, conforme o caso:

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO OBJETO

ANEXO II - CARTA PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III - REDUÇÃO DE LANCES

ANEXO IV - DOCUMENTOS DA PROPOSTA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VIII - RELAÇÃO DE LOCAIS DE ENTREGA

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

São Paulo, de de

Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado
Superintendente Hrac



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**ANEXO I****DESCRIÇÃO DO OBJETO****Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC****1- OBJETO**

CONSTITUI O OBJETIVO DESTA LICITAÇÃO SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO.

ITEM 01
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL - EVENTUAL
QUANTIDADE: 01 SERVIÇO
DESCRIÇÃO: SERVIÇO LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, COMPLEMENTO: O SERVIÇO DEVERÁ SER PRESTADO EM CONFORMIDADE COM MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Conforme memorial descritivo abaixo:

ANEXO I**MEMORIAL DESCRITIVO****DETALHAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO****SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVÁRIOS DE ÁGUA POTÁVEL**

Este ANEXO tem por objetivo estabelecer as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução dos serviços, fixando, portanto os parâmetros básicos a serem atendidos para execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água potável cuja fonte de abastecimento seja a rede pública de água da concessionária e poço artesiano.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. A empresa CONTRATADA deverá ter o Alvará Sanitário (específico), do Centro de Vigilância Sanitária (CVS) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para Limpeza e Desinfecção de Reservatórios.
- 1.2. Todos os materiais e ou equipamentos a serem empregados pela CONTRATADA na execução do serviço deverão ser comprovadamente de primeira qualidade, ou seja, com o nível de qualidade mais elevado da linha, atendendo às especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Centro de Vigilância Sanitária (CVS) da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, principalmente seu Comunicado CVS 6, de 12 de janeiro de 2011, que trata da limpeza e desinfecção de caixas d'água – além de outras especificações normativas pertinentes.

- 1.2.1. Caso a CONTRATADA faça opção pelo uso de algum material equivalente, deverá consultar a área de fiscalização e acompanhamento da CONTRATANTE, cujos contatos encontram-se no Item 5 deste Anexo, para maiores esclarecimentos a fim de que o serviço mantenha o mesmo padrão de qualidade.
- 1.2.2. Todos os equipamentos, maquinários e equipamentos de proteção individual e coletiva deverão ser escolhidos e fornecidos pela CONTRATADA em quantidade necessária para a execução dos serviços, desde que sejam observados os critérios de eficiência, produtividade e segurança.
- 1.3. A CONTRATADA concorda que não possui dúvidas na interpretação dos detalhes dos serviços e das recomendações constantes das presentes especificações: normas da ABNT, entre as quais, a NBR 5626:1998; normas da SABESP; normas da CETESB, normas da Vigilância Sanitária e Resoluções CONAMA.
- 1.4. A CONTRATADA deverá efetuar a limpeza geral da obra, com remoção de todo entulho e resíduos derivados da execução dos seus serviços, às suas expensas, para local externo ao campus USP-HRAC, destinando-o de maneira ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação pertinente.
- 1.5. A execução dos serviços dar-se-á em periodicidade semestral, consoante atendimento às recomendações das normas vinculadas ao presente.
- 1.6. Para início dos serviços, a cada período semestral, a CONTRATADA deverá contatar a área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos constam do Item 5 deste Anexo. A CONTRATADA deverá informar por escrito, após agendamento da liberação dos reservatórios a serem limpos, o dia da intervenção, duração e liberação dos mesmos.
 - 1.6.1. Os serviços poderão ser realizados inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 07h às 17h.
- 1.7. Os serviços serão prestados nos reservatórios de água potável especificados no Item 9 deste Anexo.
- 1.8. A empresa CONTRATADA deve responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nas condições especificadas neste instrumento, disponibilizando veículos e empregados em quantidades e qualificações necessárias à garantia da prestação dos serviços, obedecidas as disposições das legislações trabalhista e sanitária vigentes e pertinentes ao objeto.
- 1.9. A CONTRATADA é a responsável pelo pagamento de taxas relativas à disposição dos resíduos coletados, em aterro sanitário licenciado pela CETESB, se assim couber.
- 1.10. A CONTRATADA deverá contratar nos termos da legislação vigente, os empregados necessários à execução das atividades previstas no presente CONTRATO, preservando e mantendo a CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza.
- 1.11. A CONTRATADA deverá constituir oficialmente junto à CONTRATANTE preposto administrativo capaz de tomar decisões compatíveis com os



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

compromissos assumidos na execução do contrato, com conhecimento técnico pertinente.

- 1.12. A CONTRATADA não poderá interromper a prestação de serviços objeto deste instrumento por eventuais paralisações ou afastamentos dos membros da força de trabalho da CONTRATADA.
- 1.13. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários crachá de identificação funcional com foto recente, bem como supervisionar a obrigatoriedade de sua utilização nas dependências do HRAC.
- 1.14. A CONTRATADA deverá fornecer, sem quaisquer ônus, aos seus empregados, os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivos (EPC) adequados ao uso conforme exposição do perfil da atividade a ser executada.
 - 1.14.1. As características recomendadas para os EPI's e EPC's devem atender à Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho.
- 1.15. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos constam do Item 5 deste Anexo, a ocorrência de quaisquer tipos de danos ao patrimônio da CONTRATANTE, decorrentes de atitudes propositais ou não de seus empregados e o local onde esta se manifestou. Esta comunicação deverá ser de forma circunstanciada. A CONTRATADA deverá efetuar o ressarcimento do prejuízo em prazo a ser estipulado pela CONTRATANTE.
- 1.16. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE caso verifique, durante a limpeza, problemas graves no reservatório e barrilete, tais como rachaduras, vazamentos, tampas ou portas de acesso quebradas, entre outros.
- 1.17. A CONTRATADA tendo realizado a vistoria obrigatória, exigida no edital da licitação, encontra-se ciente das condições dos locais, objeto da contratação, incluindo as dificuldades e riscos no acesso as caixa d'água e limpeza das mesmas, de forma que esta plenamente ciente que, para a realização dos serviços ora contratados, deverão ser utilizados andaimes, balancins, cestas aéreas (em veículos próprios), plataformas elevatórias, escadas e outros equipamentos necessários, não cabendo à CONTRATADA alegar desconhecimento dessas características.
- 1.18. A CONTRATADA obriga-se a selecionar e preparar rigorosamente o pessoal que irá prestar os serviços.
- 1.19. A CONTRATADA será responsável pelo estrito cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, Portaria Nº 3214/78 do Ministério do Trabalho, com destaque para a apresentação e cumprimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), NR 33 (espaço confinado), NR 35 (trabalho em altura) e apresentação de laudo caracterizando eventuais atividades insalubres ou perigosas, como condição para a contratação.
- 1.20. A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização das condições de saúde e segurança dos funcionários da CONTRATADA que estiverem trabalhando em suas instalações, sob este contrato, bem como de impedir a continuidade de trabalhos para os quais os funcionários da CONTRATADA não disponham de qualificação e/ou equipamentos adequados.

- 1.21. Os funcionários da CONTRATADA deverão dispor de EPI's necessários ao trabalho, oriundos de fornecedores habilitados, com Certificados de Aprovação do Ministério do Trabalho, em perfeitas condições de uso.
- 1.21.1. Em hipótese alguma será admitido o uso de chinelos ou qualquer calçado que não os apropriados aos serviços, atendendo a legislação de medicina e segurança do trabalho.
- 1.21.2. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um desses equipamentos aos empregados.
- 1.22. A CONTRATADA deverá relacionar quantificar e identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, oxímetro para espaço confinado, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
- 1.22.1 Todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços deverão pertencer à empresa CONTRATADA e serem mantidos em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.
- 1.23. A CONTRATADA deverá instruir seu pessoal quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE.
- 1.24. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos trabalhos; quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
- 1.25. Os serviços deverão ter acompanhamento de execução, passando por avaliação técnica do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Universidade de São Paulo.

2. DOS PROCEDIMENTOS DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL

2.1. ATIVIDADES PRELIMINARES

- 2.1.1. A CONTRATADA deverá vistoriar os reservatórios antes da confirmação das datas de limpeza e desinfecção estipuladas neste Anexo, de modo a verificar se há algum problema de acesso a eles ou algum impedimento para a realização dos serviços;
- 2.1.2. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência a necessidade de fechamento de registros, de modo a reduzir o desperdício de água (a antecedência do fechamento dependerá do tamanho do reservatório e da demanda de água da Unidade).

2.2. LIMPEZA:

- 2.2.1. Esgotamento total do reservatório por processos de sucção com moto-bomba, sendo uma célula por vez (quando o reservatório possuir duas células, a fim de não faltar e economizar água do edifício). A CONTRATADA deverá possuir bomba para transferência de água entre os reservatórios.
 - 2.2.1.1. O esgotamento deverá ser agendado com área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização, cujo contato consta do Item 5 deste Anexo e acompanhado pela mesma, de modo a minimizar as interferências ao bom funcionamento das atividades da CONTRATANTE, bem como o desperdício de água.
- 2.2.2. Fechar todos os registros ou amarrar bóias impedindo a entrada de água no reservatório. O fechamento dos registros deverá anteceder o esvaziamento dos reservatórios.
- 2.2.3. As paredes deverão ser limpas por escovamento com escovões de fio de nylon e cerdas arredondadas ou hidro jateamento leve para não comprometer a camada de impermeabilizante. Todos os resíduos das paredes deverão ser eliminados. Deverão ser tomadas providências para a remoção total destes resíduos para que não obstruam o encanamento.
- 2.2.4. Para a limpeza não deverão ser utilizados sabões e detergentes.
- 2.2.5. O processo de limpeza só é considerado concluído quando toda a sujidade tiver sido removida e o reservatório já estiver enxaguado e seco.

2.3. DESINFECÇÃO:

- 2.3.1. Sobre o produto a ser utilizado para a desinfecção, conforme Portaria nº 152, de 26 de fevereiro de 1999, e Portaria nº 150, de 28 de maio de 1999, da ANVISA, que tratam de “produtos destinados à desinfecção de água para consumo humano”, além do hipoclorito de sódio, podem ser utilizados o hipoclorito de cálcio e o ácido dicloroisocianúrico e seus sais de sódio e de potássio, seguindo recomendações do fabricante quanto às porcentagens de diluição e tempo de exposição.
- 2.3.2. Deixar o produto agir por duas horas, não utilizando esta água de forma alguma.
 - 2.3.2.1. Após este período o reservatório deverá ser esvaziado completamente com a abertura de todas as torneiras e acionamento das descargas de bacias sanitárias para proceder à limpeza do encanamento. O reservatório deverá ser novamente jateado e esvaziado completamente.
- 2.3.3. Proceder ao fechamento do reservatório, preocupando-se com a perfeita vedação da tampa. Após vedar, anotar do lado de fora do reservatório em local visível de fácil acesso a data desta limpeza e da próxima.
- 2.3.4. Entregar à área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujo contato está no Item 5 deste Anexo, relatório da limpeza de cada reservatório, relatório de vistoria geral dos reservatórios e barriletes – acesso (escadas e portas), estrutura, vedação, impermeabilização, torneiras de bóia, extravasores, tubulações, válvulas

e registros – bem como etiquetas adesivas resistentes a intempéries. Estes relatórios deverão ser entregues até o 2º dia útil subsequente ao término do serviço.

2.4. ANÁLISE DA ÁGUA:

2.4.1. Considerando que se trata de água de abastecimento público, deverão ser realizadas as seguintes análises físico-químicas: cor aparente, turbidez e pH; e análises microbiológicas: Coliformes totais e Escherichia Coli. A análise deverá ser efetuada por laboratórios acreditados pelo INMETRO, que tenham sistema de gestão da qualidade, conforme requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

2.5. CONCLUSÃO DA LIMPEZA E DESINFECÇÃO:

2.5.1. Após finalizado o serviço na última Unidade, conforme cronograma constante do Item 8 deste Anexo, a CONTRATADA deverá providenciar que um laboratório acreditado pelo INMETRO, que tenha sistema de gestão da qualidade conforme requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005, colete amostras de água nas quantidades especificadas na tabela do Item 9.1 para comprovar se os valores resultantes da análise dos parâmetros especificados no Item 2.4.1 se encontram dentro dos níveis exigidos pelo Ministério da Saúde (Portaria MS nº 2914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e Resolução SS 65 da Vigilância Sanitária Estadual).

2.5.1.1. Todas as despesas referentes à análise serão de responsabilidade da licitante vencedora.

2.5.1.2. A coleta deverá ser feita por representante do laboratório, na presença do responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos estão no Item 5 deste Anexo, e do representante da licitante vencedora. A coleta deverá ser agendada com antecedência de 2 dias úteis com o responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos estão no Item 5 deste Anexo.

2.5.1.3. As amostras deverão ser coletadas, quando possível, no ponto de consumo de água mais próximo do reservatório, ou grupo de reservatórios, conforme especificado na tabela do Item 9.1, do qual se fará a análise.

2.5.2. Caso o resultado do laudo com as análises de água seja insatisfatório, o serviço deverá ser refeito em até 2 (dois) dias úteis, a contar da data da comunicação da recusa à CONTRATADA, após o que deverá ser realizado o mesmo procedimento apontado no Item 2.5.1 para a análise das amostras de água. Todas as despesas referentes à nova limpeza, desinfecção e análise serão de responsabilidade da licitante vencedora.

2.5.3. A segunda recusa implicará em multa de 20% (vinte por cento) do valor do serviço correspondente àquele reservatório da Unidade USP.

2.5.4. Os resultados das análises deverão ser entregues no seguinte endereço:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo

Rua Silvio Marchione, 3-20 Vila Universitária – Bauru – SP – CEP 17012-900

2.5.5. O aceite definitivo do serviço só será efetivado após a entrega do laudo, desde que o resultado do mesmo atenda ao especificado no Item 2.5.1 deste Anexo, concomitantemente à confirmação por parte dos gestores descritos no Item 5 deste Anexo, de que o serviço foi executado em conformidade com este documento.

2.5.5.1. A CONTRATANTE deverá se manifestar sobre a execução do serviço em conformidade com este Anexo descritivo em até 2 dias úteis da data da entrega do laudo.

2.5.6. A CONTRATADA ficará dispensada da obrigação de refazer o serviço e do pagamento da multa especificados nos Itens 2.5.2 e 2.5.3, quando o resultado insatisfatório das análises de água for causado por fatores alheios a sua competência, tais como má qualidade da água utilizada para abastecer os reservatórios e/ou a contaminação for causada por falhas nas instalações hidrossanitárias da CONTRATANTE.

3. PERIODICIDADE PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Será semestral, em conformidade com o cronograma constante do Item 8 deste Anexo.

3.1.1. Caso o contrato a ser celebrado com a licitante vencedora venha a ser prorrogado, a CONTRATANTE informará o cronograma para o próximo período por ocasião da assinatura do documento de prorrogação.

4. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DO SERVIÇO

4.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no primeiro dia útil seguinte ao da conclusão do serviço, uma única Nota Fiscal Eletrônica de Serviços contemplando o serviço realizado em todos os reservatórios que constam do Item 9 deste Anexo.

4.1.1. Considerar-se-á como data de conclusão do serviço aquela que a área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento atestar que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste Anexo descritivo, conforme Item 2.5 deste Anexo.

5. DADOS DO HRAC E CONTATOS

5.1. HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

Rua Silvio Marchione, 3-20 – Vila Universitária – Bauru – SP – CEP 17012-900

Contatos:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Seção de Manutenção e Operação,

Carlos Rogério Cavalheiri de Freitas, Chefe de Seção, telefone (14) 3235-8157

Email: cavalheiri@usp.br

Setor de Engenharia

Luiz Antonio Dolo, Técnico em Obras, telefone (14) 3235-8109

Email: luizdolo@usp.br

Rogério Francisco de Souza, Técnico de Manutenção / Obras, telefone (14) 3235-8185

Email: rogeriosouza@usp.br

6. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso a suas instalações, promovendo o bom entendimento entre os funcionários das Unidades e os da CONTRATADA.
- 6.2. Prestar aos funcionários da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
- 6.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de fiscalização sobre os serviços.
- 6.4. Solicitar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização.
- 6.5. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades e especificações técnicas.

7. LOCAIS ONDE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS

PREDIO DA NOVA UNIDADE HOSPITALAR – UNIDADE 2

ACESSO: RUA HENRIQUE SAVI – QUADRA 01 – PORTARIA 2 DO CAMPUS DA USP – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

02 (dois) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 75.000 litros cada um,

02 (dois) Reservatórios semi-enterrados de 75.000 litros cada um.

PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

01 (um) Reservatório na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros (célula direita),

01 (um) Reservatório na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros (célula esquerda),

CENTRAL - POÇO

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

01 (um) Reservatório na parte inferior da caixa com capacidade de 44.000 litros,

01 (um) Reservatório na parte superior da caixa com capacidade de 30.000 litros.

PRÉDIO PRINCIPAL – SAÚDE PÚBLICA

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

02 (dois) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros cada um.

PRÉDIO DA ENFERMAGEM

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

8 (oito) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 1.000 litros cada um.

PRÉDIO DAS CLINICAS ODONTOLÓGICAS

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

8 (oito) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 1.000 litros cada um.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. Os serviços deverão ser executados semestralmente, com agendamento prévio com o responsável pela Seção de Manutenção e Operação ou Setor de Engenharia, pertencentes ao Serviço Administrativo do HRAC – Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, no endereço indicado no Item 5 deste Anexo.
- 8.2. O cronograma deverá ser elaborado no início da prestação do serviço e deverá atender a periodicidade semestral, com datas a serem definidas na assinatura do contrato da prestação dos serviços.

9. ESPECIFICAÇÕES DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL ONDE OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS.

9.1. TABELA

Localização do Reservatório	Posição Relativa	Material reservatório	Qtd.	Capac. Individual Litros	Capac. Total Litros	Amostras para Análise
Prédio Nova Unidade Hospitalar	Elevado	Concreto	2	75.000	150.000	1
Prédio Nova	Semi-	Concreto	2	75.000	150.000	1

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Unidade Hospitalar	enterrado					
Prédio Administração (um reservatório com duas células – direita e esquerda)	Elevado	Concreto	2	15.000	30.000	1
CENTRAL – Poço (um reservatório com duas células – parte inferior)	Elevado	Concreto	1	44.000	44.000	1
CENTRAL – Poço (um reservatório com duas células – parte superior)	Elevado	Concreto	1	30.000	30.000	1
Edifício Principal – Saúde Pública	Elevado	Concreto	2	15.000	30.000	1
Prédio da Enfermagem	Elevado	Fibrocimento	8	1.000	8.000	1
Prédio das Clínicas Odontológicas	Elevado	Polietileno	8	1.000	8.000	1
Subtotal			26		450.000	8

OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL

- 1.1. NÃO SERÃO ACEITOS, SOB QUAISQUER PRETEXTOS, PRODUTOS/SERVIÇOS, QUE NÃO ATENDAM AOS REQUISITOS PRÉ-ESTABELECIDOS. ASSIM AS EMPRESAS QUE COTAREM DEVERÃO ESTAR CIENTES DAS ESPECIFICAÇÕES DE SEUS PRODUTOS/SERVIÇOS.

CASO HAJA NECESSIDADE, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, SOLICITAR DOS CONCORRENTES A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA PROCEDÊNCIA DOS BENS OFERTADOS APLICADOS NO SERVIÇO DA CONTRATADA, QUE DEVERÁ SER APRESENTADA NO PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS À CONTAR DA CONVOCAÇÃO, SOB PENA DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO II
CARTA PROPOSTA COMERCIAL
Editais de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE COMPRA	QTDE. ESTIMADA (1)	PREÇO UNITÁRIO mensal (2)	PREÇO TOTAL anual (3) = (1) x (2)	PRAZO DE ENTREGA
01	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.	SERVIÇO	01			
TOTAL DO ITEM – R\$ (POR EXTENSO)						



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

OBSERVAÇÃO: Nos valores acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, Isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:

Endereço completo:

Telefone: Fax: e-mail:

Validade da Proposta (não inferior a 60 (sessenta) dias corridos).

Condição de Pagamento (não inferior a **28 (vinte e oito) dias corridos**):

Declaramos total concordância com os termos da Minuta de Contrato, e das condições da presente licitação.

....., ... de de

(Local)

(Data)


ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO III
REDUÇÃO DE LANCES
Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

ITEM	LIMITE MÍNIMO DE REDUÇÃO DE LANCES VERBAIS
01	R\$ 256,00





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO IV
DOCUMENTOS DA PROPOSTA
Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

ATESTADO DE VISTORIA

REALIZAÇÃO DA VISTORIA

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS atesta que a empresa _____, representada por seu(sua) técnico(a) Sr(a) _____, RG nº _____, procedeu a vistoria na data de ___/___/2017, para participação na licitação Pregão – nº ___/2017 – Objeto: SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, em atendimento ao contido no Edital e seus anexos.

Bauru, ___ de _____ de 2017.

ROGÉRIO FRANCISCO DE SOUZA

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC**

(em papel timbrado da Licitante)

Eu,(nome completo)....., representante legal da empresa(razão social)....., interessada em participar do **PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC**, da **Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais**, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 27, Inciso V, da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, a(razão social)....., encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

À

Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais
BAURU - SP

Ref.: PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

..... de de
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO
Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO
DA(O)..... E A EMPRESA**

OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

Aos dias do mês de do ano de **2017**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da(o) Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 63 025 530/0082-70, localizada(o) no(a) RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - Bloco P - sala 4 - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU - SP - CEP: 17012-900, neste ato representada por seu Superintendente Hrac, Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR n.º 6.561, de 16/06/2014, na Reitoria da Universidade de São Paulo, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo, SP, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, CNPJ nº sediada à, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fundamento nas Leis federais 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto 47.297, de 06/11/2002, 57.159 de 21/07/2011, e na Resolução CEGP-10, de 19/11/2002, e demais Portarias referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, estando as partes vinculadas ao Edital de **PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC** e a proposta vencedora, assinam o presente contrato de prestação dos serviços, obedecendo as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços (**PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL - EVENTUAL**), conforme descrito no **ANEXO II - "OBJETO DO CONTRATO"**, que integra este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2. O prazo de início da prestação de serviço(s) constante(s) do **ANEXO II - "OBJETO DO CONTRATO"** é de até **30 (trinta) dias corridos** e ocorrerá de acordo com o que nele está estabelecido, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data da assinatura do presente contrato.

2.1. A(s) entrega(s) do(s) **serviço(s)** objeto desta contratação deverá(ão) ser feita(s) pela **CONTRATADA**, de acordo com o que for estabelecido pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DO(S) SERVIÇO(S)

3. O(s) **serviço(s)** descritos no **ANEXO II - "OBJETO DO CONTRATO"** terá(ão) garantia pelo prazo de **6 (seis) mes(es)** contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** deverá **executar os serviços(s)** constantes do presente contrato, conforme especificação contida no **ANEXO II - "OBJETO DO CONTRATO"**, durante a vigência do contrato.

4.2. A **CONTRATADA** deverá cumprir suas obrigações, de conformidade com o estipulado neste contrato para o (a) **execução** do(s) **serviço(s)** e em conformidade com o fixado pela **CONTRATANTE**.

4.3. O prazo fixado para o **início da prestação dos serviços** deverá ser cumprido rigorosamente. O não cumprimento implicará na aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima deste Contrato.

4.3.1. O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a **execução dos serviços** serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização, conforme descrito na Cláusula Quinta deste Contrato.

4.3.2. A responsabilidade da **CONTRATADA** sobre a qualidade e correção do(s) **serviço(s)**, não se extingue no momento da entrega.

4.3.3. O(s) **serviço(s)** entregues deverão estar em conformidade com o padrão estabelecido. Caso isto não ocorra, o **serviço** será recusado e deverá ser substituído, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**. Em caso de não substituição, estará caracterizado o descumprimento da obrigação assumida, cabendo à **CONTRATADA** as penalidades previstas na Cláusula Décima deste Contrato.

4.4. A **CONTRATADA** deverá atender a todas as convocações e participar de reuniões para definir itens e detalhes relacionados a(o) **execução dos serviços**.

4.5. A **CONTRATADA** não poderá transferir as obrigações assumidas neste contrato à terceiros, sem o conhecimento e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

4.6. O(s) **serviço(s)** objeto deste contrato deverá(ão) ser entregue(s) no(s) endereço(s) constante(s) do **ANEXO - RELAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA**.

4.7. É de responsabilidade da **CONTRATADA**, manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.8. Além do cumprimento das condições estabelecidas nas Cláusulas acima, a **CONTRATADA** deverá observar o que consta no **ANEXO I - OUTRAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**, que fica fazendo parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1. O/A(s) Sr.(s/as) será(ão) designado(s) pela **CONTRATANTE** para efetuar os contatos com a **CONTRATADA**, estando limitada a esse(s) profissional(is) a utilização desse recurso.

5.2. O(s) **serviço(s)**, objeto do presente Contrato, poderá(ão) sofrer alterações em suas quantidades, conforme previsto no artigo 65 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

5.3. Em nenhuma hipótese o teor do **serviço a ser executado** poderá ser alterado, sob pena de rescisão contratual.

5.4. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do(a) **execução do(s) serviço(s)**, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o **serviço executado**.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até ____/____/____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DOS RECURSOS

7. O valor total do presente contrato é de R\$..... . A despesa onerará a Classificação Funcional Programática **12.122.100.5272** - Classificação da despesa Orçamentária **3.3.90.37.00**, do orçamento da **CONTRATANTE**, de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Lei n.º 10.320, de 16/12/1968.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8. O pagamento será efetuado no prazo de **28 (vinte e oito) dias corridos**, contados a partir do dia seguinte ao recebimento provisório do **serviço** no(a) **Nome do Setor da Unidade de Despesa (Cadastrar Endereço para Entrega)** do(a) **Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais**, nos termos da Portaria GR 4.710 de 25/02/2010 e alterações posteriores. A ordem de pagamento será emitida pela Tesouraria Central da Reitoria, a favor da **CONTRATADA**, exclusivamente em conta corrente do **Banco do Brasil S.A.**, a ser indicada pela **CONTRATADA**, ficando terminantemente vedada à negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

8.1.1. Nos casos de incidência de ICMS os documentos fiscais competentes acima referidos, quando emitidos dentro do Estado de São Paulo, deverão ser apresentados com destaque indicando o valor do desconto equivalente ao ICMS dispensado, a que se refere o artigo 55, do Anexo I, do regulamento do ICMS, do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto 45.490/00.

8.1.1.1. Nos casos do subitem 8.1.1., tratando-se de ICMS com alíquota diferente da estabelecida para as operações ou prestações internas (art. 52, Inc. I, do referido Regulamento), ou com base de cálculo que não corresponda ao valor total dos produtos que são objeto do documento fiscal, e embasamento legal que o justifica, deverá ser, também, destacado nesse mesmo documento.

8.2. São condições para a liberação do pagamento:

8.2.1. O recebimento definitivo do **serviço**;

8.2.2. A entrega da documentação fiscal completa;

8.2.3. A não existência de registro da **CONTRATADA** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pela **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e § 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e § 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.

8.3. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

8.4. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no parágrafo anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

8.5. Caso o término da contagem aconteça em dia sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.6. Caso sejam constatadas irregularidades na execução deste ajuste, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades fixadas na Cláusula Décima.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9. Os valores constantes do presente contrato e expressos em Reais (R\$) não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10. Além das sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002, pelo descumprimento das demais obrigações assumidas a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores e na Portaria GR 3.161, de 11/05/1999, que fica fazendo parte integrante deste Contrato.

10.1. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

10.2. Pelo atraso injustificado a **CONTRATADA** incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, quando destacados no documento fiscal.

10.3. Os atrasos injustificados superiores a 60 (sessenta) dias corridos serão obrigatoriamente considerados inexecução.

10.4. Poderão ser aplicadas, ainda, as penas de suspensão temporária de participação em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração e, ainda, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, dando-se às mesmas os efeitos previstos no Decreto Estadual nº48.999/2004.

10.5. Independentemente das sanções retro a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos causados a administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

10.6. No caso de Sociedades Cooperativas, rescisão imediata do contrato administrativo na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições que alude o Parágrafo 1º do Decreto nº 57.159 de 21/07/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11. A falta de cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento ou a incidência do comportamento descrito no artigo 78 da Lei 8.666/1993, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação, em sendo inadimplente a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda deste ajuste e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as partes.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

São Paulo, ... de de

Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado
Superintendente Hrac

.....
P/ CONTRATADA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO I
OUTRAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. A empresa CONTRATADA deverá ter o Alvará Sanitário (específico), do Centro de Vigilância Sanitária (CVS) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para Limpeza e Desinfecção de Reservatórios.
- 1.2. Todos os materiais e ou equipamentos a serem empregados pela CONTRATADA na execução do serviço deverão ser comprovadamente de primeira qualidade, ou seja, com o nível de qualidade mais elevado da linha, atendendo às especificações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Centro de Vigilância Sanitária (CVS) da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, principalmente seu Comunicado CVS 6, de 12 de janeiro de 2011, que trata da limpeza e desinfecção de caixas d'água – além de outras especificações normativas pertinentes.
 - 1.2.1. Caso a CONTRATADA faça opção pelo uso de algum material equivalente, deverá consultar a área de fiscalização e acompanhamento da CONTRATANTE, cujos contatos encontram-se no Item 5 deste Anexo, para maiores esclarecimentos a fim de que o serviço mantenha o mesmo padrão de qualidade.
 - 1.2.2. Todos os equipamentos, maquinários e equipamentos de proteção individual e coletiva deverão ser escolhidos e fornecidos pela CONTRATADA em quantidade necessária para a execução dos serviços, desde que sejam observados os critérios de eficiência, produtividade e segurança.
- 1.3. A CONTRATADA concorda que não possui dúvidas na interpretação dos detalhes dos serviços e das recomendações constantes das presentes especificações: normas da ABNT, entre as quais, a NBR 5626:1998; normas da SABESP; normas da CETESB, normas da Vigilância Sanitária e Resoluções CONAMA.
- 1.4. A CONTRATADA deverá efetuar a limpeza geral da obra, com remoção de todo entulho e resíduos derivados da execução dos seus serviços, às suas expensas, para local externo ao campus USP-HRAC, destinando-o de maneira ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação pertinente.
- 1.5. A execução dos serviços dar-se-á em periodicidade semestral, consoante atendimento às recomendações das normas vinculadas ao presente.
- 1.6. Para início dos serviços, a cada período semestral, a CONTRATADA deverá contatar a área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos constam do Item 5 deste Anexo. A CONTRATADA deverá informar por escrito, após agendamento da

liberação dos reservatórios a serem limpos, o dia da intervenção, duração e liberação dos mesmos.

- 1.6.1. Os serviços poderão ser realizados inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 07h às 17h.
- 1.7. Os serviços serão prestados nos reservatórios de água potável especificados no Item 9 deste Anexo.
- 1.8. A empresa CONTRATADA deve responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nas condições especificadas neste instrumento, disponibilizando veículos e empregados em quantidades e qualificações necessárias à garantia da prestação dos serviços, obedecidas as disposições das legislações trabalhista e sanitária vigentes e pertinentes ao objeto.
- 1.9. A CONTRATADA é a responsável pelo pagamento de taxas relativas à disposição dos resíduos coletados, em aterro sanitário licenciado pela CETESB, se assim couber.
- 1.10. A CONTRATADA deverá contratar nos termos da legislação vigente, os empregados necessários à execução das atividades previstas no presente CONTRATO, preservando e mantendo a CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza.
- 1.11. A CONTRATADA deverá constituir oficialmente junto à CONTRATANTE preposto administrativo capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos na execução do contrato, com conhecimento técnico pertinente.
- 1.12. A CONTRATADA não poderá interromper a prestação de serviços objeto deste instrumento por eventuais paralisações ou afastamentos dos membros da força de trabalho da CONTRATADA.
- 1.13. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários crachá de identificação funcional com foto recente, bem como supervisionar a obrigatoriedade de sua utilização nas dependências do HRAC.
- 1.14. A CONTRATADA deverá fornecer, sem quaisquer ônus, aos seus empregados, os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivos (EPC) adequados ao uso conforme exposição do perfil da atividade a ser executada.
 - 1.14.1. As características recomendadas para os EPI's e EPC's devem atender à Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho.
- 1.15. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos constam do Item 5 deste Anexo, a ocorrência de quaisquer tipos de danos ao patrimônio da CONTRATANTE, decorrentes de atitudes propositais ou não de seus empregados e o local onde esta se manifestou. Esta comunicação deverá ser de forma circunstanciada. A CONTRATADA deverá efetuar o ressarcimento do prejuízo em prazo a ser estipulado pela CONTRATANTE.
- 1.16. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE caso verifique, durante a limpeza, problemas graves no reservatório e

barrilete, tais como rachaduras, vazamentos, tampas ou portas de acesso quebradas, entre outros.

- 1.17. A CONTRATADA tendo realizado a vistoria obrigatória, exigida no edital da licitação, encontra-se ciente das condições dos locais, objeto da contratação, incluindo as dificuldades e riscos no acesso as caixa d'água e limpeza das mesmas, de forma que esta plenamente ciente que, para a realização dos serviços ora contratados, deverão ser utilizados andaimes, balancins, cestas aéreas (em veículos próprios), plataformas elevatórias, escadas e outros equipamentos necessários, não cabendo à CONTRATADA alegar desconhecimento dessas características.
- 1.18. A CONTRATADA obriga-se a selecionar e preparar rigorosamente o pessoal que irá prestar os serviços.
- 1.19. A CONTRATADA será responsável pelo estrito cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, Portaria Nº 3214/78 do Ministério do Trabalho, com destaque para a apresentação e cumprimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), NR 33 (espaço confinado), NR 35 (trabalho em altura) e apresentação de laudo caracterizando eventuais atividades insalubres ou perigosas, como condição para a contratação.
- 1.20. A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização das condições de saúde e segurança dos funcionários da CONTRATADA que estiverem trabalhando em suas instalações, sob este contrato, bem como de impedir a continuidade de trabalhos para os quais os funcionários da CONTRATADA não disponham de qualificação e/ou equipamentos adequados.
- 1.21. Os funcionários da CONTRATADA deverão dispor de EPI's necessários ao trabalho, oriundos de fornecedores habilitados, com Certificados de Aprovação do Ministério do Trabalho, em perfeitas condições de uso.
 - 1.21.1. Em hipótese alguma será admitido o uso de chinelos ou qualquer calçado que não os apropriados aos serviços, atendendo a legislação de medicina e segurança do trabalho.
 - 1.21.2. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um desses equipamentos aos empregados.
- 1.22. A CONTRATADA deverá relacionar quantificar e identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, oxímetro para espaço confinado, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
 - 1.22.1 Todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços deverão pertencer à empresa CONTRATADA e serem mantidos em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.
- 1.23. A CONTRATADA deverá instruir seu pessoal quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE.

- 1.24. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos trabalhos; quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
- 1.25. Os serviços deverão ter acompanhamento de execução, passando por avaliação técnica do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Universidade de São Paulo.

2. DOS PROCEDIMENTOS DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL

2.1. ATIVIDADES PRELIMINARES

- 2.1.1. A CONTRATADA deverá vistoriar os reservatórios antes da confirmação das datas de limpeza e desinfecção estipuladas neste Anexo, de modo a verificar se há algum problema de acesso a eles ou algum impedimento para a realização dos serviços;
- 2.1.2. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência a necessidade de fechamento de registros, de modo a reduzir o desperdício de água (a antecedência do fechamento dependerá do tamanho do reservatório e da demanda de água da Unidade).

2.2. LIMPEZA:

- 2.2.1. Esgotamento total do reservatório por processos de sucção com moto-bomba, sendo uma célula por vez (quando o reservatório possuir duas células, a fim de não faltar e economizar água do edifício). A CONTRATADA deverá possuir bomba para transferência de água entre os reservatórios.
 - 2.2.1.1. O esgotamento deverá ser agendado com área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização, cujo contato consta do Item 5 deste Anexo e acompanhado pela mesma, de modo a minimizar as interferências ao bom funcionamento das atividades da CONTRATANTE, bem como o desperdício de água.
- 2.2.2. Fechar todos os registros ou amarrar bóias impedindo a entrada de água no reservatório. O fechamento dos registros deverá anteceder o esvaziamento dos reservatórios.
- 2.2.3. As paredes deverão ser limpas por escovamento com escovões de fio de nylon e cerdas arredondadas ou hidro jateamento leve para não comprometer a camada de impermeabilizante. Todos os resíduos das paredes deverão ser eliminados. Deverão ser tomadas providências para a remoção total destes resíduos para que não obstruam o encanamento.

- 2.2.4. Para a limpeza não deverão ser utilizados sabões e detergentes.
- 2.2.5. O processo de limpeza só é considerado concluído quando toda a sujidade tiver sido removida e o reservatório já estiver enxaguado e seco.

2.3. DESINFECÇÃO:

- 2.3.1. Sobre o produto a ser utilizado para a desinfecção, conforme Portaria nº 152, de 26 de fevereiro de 1999, e Portaria nº 150, de 28 de maio de 1999, da ANVISA, que tratam de “produtos destinados à desinfecção de água para consumo humano”, além do hipoclorito de sódio, podem ser utilizados o hipoclorito de cálcio e o ácido dicloroisocianúrico e seus sais de sódio e de potássio, seguindo recomendações do fabricante quanto às porcentagens de diluição e tempo de exposição.
- 2.3.2. Deixar o produto agir por duas horas, não utilizando esta água de forma alguma.
 - 2.3.2.1. Após este período o reservatório deverá ser esvaziado completamente com a abertura de todas as torneiras e acionamento das descargas de bacias sanitárias para proceder à limpeza do encanamento. O reservatório deverá ser novamente jateado e esvaziado completamente.
- 2.3.3. Proceder ao fechamento do reservatório, preocupando-se com a perfeita vedação da tampa. Após vedar, anotar do lado de fora do reservatório em local visível de fácil acesso a data desta limpeza e da próxima.
- 2.3.4. Entregar à área da CONTRATANTE responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujo contato está no Item 5 deste Anexo, relatório da limpeza de cada reservatório, relatório de vistoria geral dos reservatórios e barriletes – acesso (escadas e portas), estrutura, vedação, impermeabilização, torneiras de bóia, extravasores, tubulações, válvulas e registros – bem como etiquetas adesivas resistentes a intempéries. Estes relatórios deverão ser entregues até o 2º dia útil subsequente ao término do serviço.

2.4. ANÁLISE DA ÁGUA:

- 2.4.1. Considerando que se trata de água de abastecimento público, deverão ser realizadas as seguintes análises físico-químicas: cor aparente, turbidez e pH; e análises microbiológicas: Coliformes totais e Escherichia Coli. A análise deverá ser efetuada por laboratórios acreditados pelo INMETRO, que tenham sistema de gestão da qualidade, conforme requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.

2.5. CONCLUSÃO DA LIMPEZA E DESINFECÇÃO:

- 2.5.1. Após finalizado o serviço na última Unidade, conforme cronograma constante do Item 8 deste Anexo, a CONTRATADA deverá providenciar que um laboratório acreditado pelo INMETRO, que tenha sistema de gestão da qualidade conforme requisitos

especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005, colete amostras de água nas quantidades especificadas na tabela do Item 9.1 para comprovar se os valores resultantes da análise dos parâmetros especificados no Item 2.4.1 se encontram dentro dos níveis exigidos pelo Ministério da Saúde (Portaria MS nº 2914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e Resolução SS 65 da Vigilância Sanitária Estadual).

2.5.1.1. Todas as despesas referentes à análise serão de responsabilidade da licitante vencedora.

2.5.1.2. A coleta deverá ser feita por representante do laboratório, na presença do responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos estão no Item 5 deste Anexo, e do representante da licitante vencedora. A coleta deverá ser agendada com antecedência de 2 dias úteis com o responsável pela fiscalização e acompanhamento, cujos contatos estão no Item 5 deste Anexo.

2.5.1.3. As amostras deverão ser coletadas, quando possível, no ponto de consumo de água mais próximo do reservatório, ou grupo de reservatórios, conforme especificado na tabela do Item 9.1, do qual se fará a análise.

2.5.2. Caso o resultado do laudo com as análises de água seja insatisfatório, o serviço deverá ser refeito em até 2 (dois) dias úteis, a contar da data da comunicação da recusa à CONTRATADA, após o que deverá ser realizado o mesmo procedimento apontado no Item 2.5.1 para a análise das amostras de água. Todas as despesas referentes à nova limpeza, desinfecção e análise serão de responsabilidade da licitante vencedora.

2.5.3. A segunda recusa implicará em multa de 20% (vinte por cento) do valor do serviço correspondente àquele reservatório da Unidade USP.

2.5.4. Os resultados das análises deverão ser entregues no seguinte endereço:

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo

Rua Silvio Marchione, 3-20 Vila Universitária – Bauru – SP – CEP 17012-900

2.5.5. O aceite definitivo do serviço só será efetivado após a entrega do laudo, desde que o resultado do mesmo atenda ao especificado no Item 2.5.1 deste Anexo, concomitantemente à confirmação por parte dos gestores descritos no Item 5 deste Anexo, de que o serviço foi executado em conformidade com este documento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2.5.5.1. A CONTRATANTE deverá se manifestar sobre a execução do serviço em conformidade com este Anexo descritivo em até 2 dias úteis da data da entrega do laudo.

2.5.6. A CONTRATADA ficará dispensada da obrigação de refazer o serviço e do pagamento da multa especificados nos Itens 2.5.2 e 2.5.3, quando o resultado insatisfatório das análises de água for causado por fatores alheios a sua competência, tais como má qualidade da água utilizada para abastecer os reservatórios e/ou a contaminação for causada por falhas nas instalações hidrossanitárias da CONTRATANTE.

3. PERIODICIDADE PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Será semestral, em conformidade com o cronograma constante do Item 8 deste Anexo.

3.1.1. Caso o contrato a ser celebrado com a licitante vencedora venha a ser prorrogado, a CONTRATANTE informará o cronograma para o próximo período por ocasião da assinatura do documento de prorrogação.

4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso a suas instalações, promovendo o bom entendimento entre os funcionários das Unidades e os da CONTRATADA.

4.2. Prestar aos funcionários da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

4.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de fiscalização sobre os serviços.

4.4. Solicitar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização.

4.5. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades e especificações técnicas.

5. LOCAIS ONDE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS

PREDIO DA NOVA UNIDADE HOSPITALAR – UNIDADE 2



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ACESSO: RUA HENRIQUE SAVI – QUADRA 01 – PORTARIA 2 DO CAMPUS DA USP – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

02 (dois) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 75.000 litros cada um,

02 (dois) Reservatórios semi-enterrados de 75.000 litros cada um.

PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

01 (um) Reservatório na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros (célula direita),

01 (um) Reservatório na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros (célula esquerda),

CENTRAL - POÇO

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

01 (um) Reservatório na parte inferior da caixa com capacidade de 44.000 litros,

01 (um) Reservatório na parte superior da caixa com capacidade de 30.000 litros.

PRÉDIO PRINCIPAL – SAÚDE PÚBLICA

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

02 (dois) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros cada um.

PRÉDIO DA ENFERMAGEM

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

8 (oito) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 1.000 litros cada um.

PRÉDIO DAS CLINICAS ODONTOLÓGICAS

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

8 (oito) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 1.000 litros cada um.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados semestralmente, com agendamento prévio com o responsável pela Seção de Manutenção e Operação ou Setor de Engenharia, pertencentes ao Serviço Administrativo do HRAC –

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, no endereço indicado no Item 5 deste Anexo.

- 6.2. O cronograma deverá ser elaborado no início da prestação do serviço e deverá atender a periodicidade semestral, com datas a serem definidas na assinatura do contrato da prestação dos serviços.

7. ESPECIFICAÇÕES DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL ONDE OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS.

7.1. TABELA

Localização do Reservatório	Posição Relativa	Material reservatório	Qtd.	Capac. Individual Litros	Capac. Total Litros	Amostras para Análise
Prédio Nova Unidade Hospitalar	Elevado	Concreto	2	75.000	150.000	1
Prédio Nova Unidade Hospitalar	Semi-enterrado	Concreto	2	75.000	150.000	1
Prédio Administração (um reservatório com duas células – direita e esquerda)	Elevado	Concreto	2	15.000	30.000	1
CENTRAL – Poço (um reservatório com duas células – parte inferior)	Elevado	Concreto	1	44.000	44.000	1
CENTRAL – Poço (um reservatório com duas células – parte superior)	Elevado	Concreto	1	30.000	30.000	1
Edifício Principal – Saúde Pública	Elevado	Concreto	2	15.000	30.000	1
Prédio da Enfermagem	Elevado	Fibrocimento	8	1.000	8.000	1
Prédio das Clínicas Odontológicas	Elevado	Polietileno	8	1.000	8.000	1
Subtotal			26		450.000	8



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO II

OBJETO DO CONTRATO:

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Anexo II, que integra o contrato firmado nesta data.

São Paulo, ... de de

Prof(a). Dr(a). Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado
Superintendente Hrac

.....
P/ CONTRATADA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANEXO VIII
RELAÇÃO DE LOCAIS DE ENTREGA
Editais de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS
RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - VILA UNIVERSITÁRIA
BAURU – SP – CEP: 17012-900
TEL: (14) 3235-8185 – SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

LOCAIS ONDE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS

PREDIO DA NOVA UNIDADE HOSPITALAR – UNIDADE 2

ACESSO: RUA HENRIQUE SAVI – QUADRA 01 – PORTARIA 2 DO CAMPUS DA USP – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

02 (dois) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 75.000 litros cada um,

02 (dois) Reservatórios semi-enterrados de 75.000 litros cada um.

PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

01 (um) Reservatório na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros (célula direita),

01 (um) Reservatório na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros (célula esquerda),

CENTRAL - POÇO

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

01 (um) Reservatório na parte inferior da caixa com capacidade de 44.000 litros,

01 (um) Reservatório na parte superior da caixa com capacidade de 30.000 litros.

PRÉDIO PRINCIPAL – SAÚDE PÚBLICA

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

02 (dois) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 15.000 litros cada um.

PRÉDIO DA ENFERMAGEM

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

8 (oito) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 1.000 litros cada um.

PRÉDIO DAS CLINICAS ODONTOLÓGICAS

ACESSO: RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 – VILA UNIVERSITÁRIA – BAURU – SP

8 (oito) Reservatórios na cobertura do prédio com capacidade de 1.000 litros cada um.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006

Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC

.....(nome do licitante), com sede(endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº., **DECLARA**, para fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

(...) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

(...) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**ANEXO X****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO****Edital de PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC**(em papel timbrado da Licitante)

A.....(razão social), por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do **PREGÃO Nº 00077/2017 - HRAC**, da **Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais**, declara, sob as penas da lei, que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

....., ... de de

(Local)

(Data)

.....
(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)

